

INTRODUÇÃO

O colapso da antiga União Soviética foi interpretado por muitos como o fim das ideologias radicais de direita e esquerda, que dominaram o cenário político no século XX. No entanto, o fenômeno da polarização política direita-esquerda ressurgiu com força em inúmeros países no início deste século.

O acirramento do conflito político-ideológico pode ser observado hoje mesmo em democracias consolidadas, como nos EUA, onde o candidato perdedor nas eleições presidenciais de 2020, Donald Trump, questionou abertamente o resultado das urnas e organizou uma revolta a fim de permanecer ilegitimamente no poder, o que culminou na invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021. Vemos, assim, que a polarização política da sociedade americana representa hoje uma ameaça real a instituições de governo historicamente maduras, que se mantiveram estáveis mesmo diante de crises econômicas, como a Grande Depressão da década de 1930, e conflitos bélicos, como a Segunda Guerra Mundial.

Existe uma certa confusão conceitual sobre o significado preciso das posições políticas “de direita” e “de esquerda”, mas essa confusão pode ser evitada se enfatizarmos não o discurso de cada ator, mas a estrutura de relações sociais defendida por cada um deles. Essa distinção clara entre discurso e ação é necessária, pois confusões semânticas em torno dos termos “direita” e “esquerda” são frequentemente introduzidas ou sustentadas propositalmente, como recurso retórico, no jogo político de mentiras e manipulações.

Assim, a conceitualização das posições políticas de direita ou esquerda deve se basear em uma análise objetiva das relações sociais efetivamente estabelecidas ou propostas, e não nas palavras usadas na defesa dessas posições. Neste trabalho, entenderemos os termos “direita” e “esquerda” do seguinte modo:

O pensamento de direita está centrado na ideia de *ordem social*, tipicamente associada a alguma forma de hierarquia ou estratificação da sociedade em classes. Nessa concepção, os direitos dos indivíduos não são absolutos, mas limitados pelos interesses da própria coletividade.

Por outro lado, o valor central para o pensamento de esquerda é a *igualdade social* em todas as suas formas, entendida como um direito inalienável dos indivíduos. Assim, qualquer forma de desigualdade, seja ela econômica ou de classe social, torna a organização da sociedade injusta e, na mesma medida, ilegítima.

De acordo com essas definições, toda organização social baseada em uma hierarquia de relações de dominação, com um líder que se mantém no poder pela força, deve ser considerada “de direita”, mesmo quando esse líder afirma exercer o poder em nome do povo. Nesse sentido, *toda ditadura é de direita*, e a “ditadura do proletariado” é uma ideia fundamentalmente contraditória.

Pretendemos desenvolver neste trabalho uma análise objetiva dos processos políticos, de uma perspectiva externa aos próprios processos. Para tanto foi que buscamos definir o sentido em que estamos utilizando os termos “direita” e “esquerda”. Não pretendemos entrar aqui em debates meramente semânticos: as definições adotadas anteriormente são compatíveis com o sentido tradicional dos termos e serão adotadas neste estudo das causas mais profundas da polarização ideológica direita-esquerda.

Em particular, defenderemos neste trabalho que as ideologias políticas têm uma base psicológica muito mais profunda do que usualmente se considera: elas refletem estruturas mentais inatas dos seres humanos, que foram assimiladas geneticamente ao longo da evolução biológica da nossa espécie por seleção natural.

Com efeito, o último ancestral comum entre os *Homo sapiens* e os chimpanzés (nosso parente evolutivo mais próximo) provavelmente viveu há cerca de 6 milhões de anos nas florestas equatoriais do continente africano. Nesse ambiente rico em recursos naturais, a melhor estratégia de sobrevivência é a organização em bandos *territoriais* e fortemente *hierárquicos*, comandados por um macho-alfa. Essa forma de organização social, que ainda pode ser observada entre os chimpanzés modernos, é muito próxima da sociedade ideal da direita política.

Por outro lado, sabemos que nossos ancestrais (hoje cientificamente denominados “hominínios”) ocuparam também as savanas africanas, muito mais secas e pobres em recursos naturais que as florestas da África Central. Nas savanas, a única estratégia viável de sobrevivência para o bando é o *nomadismo* acompanhado de *igualitarismo* social, pois ela permite uma exploração econômica muito mais eficiente dos recursos esparsos e sazonais. Essa forma de organização social, que ainda pode ser observada em alguns grupos de *caçadores-coletores* modernos, aproxima-se bastante do “socialismo utópico”, defendido pela esquerda política como a sociedade ideal.

Discutiremos, no primeiro capítulo deste trabalho, como a evolução biológica da espécie humana exigiu a adaptação tanto aos ambientes úmidos das florestas quanto à aridez das savanas e, assim, nossos antepassados terminaram assimilando geneticamente, por seleção natural, predisposições congênicas tanto para organizações sociais rigidamente hierárquicas quanto perfeitamente igualitárias.

Nos capítulos seguintes, discutiremos como esses comportamentos sociais, internalizados na estrutura genética do *Homo sapiens*, influenciaram a evolução dos sistemas políticos e mostraremos que elas constituem hoje o fundamento psicológico das ideologias políticas de direita e esquerda. Além disso, veremos que a oposição entre essas duas predisposições inatas tende a se manifestar nas sociedades humanas como uma tendência à polarização política irracional e autodestrutiva, que pode facilmente comprometer a integridade do próprio grupo social.

As democracias representativas contemporâneas, mesmo aquelas mais consolidadas e economicamente desenvolvidas, não estão imunes ao corrosivo processo de polarização política. Mas o fato de esse fenômeno social ter uma fundamentação genética não significa que seja impossível controlá-lo por meio de normas e instituições culturalmente definidas, evitando, assim, suas consequências desastrosas. Afinal, essa é a função primordial de todos os sistemas de governo: evitar que comportamentos arcaicos dos seres humanos (por exemplo, o instinto de dominação) destruam a ordem social.

Entretanto, analisando episódios históricos ou atuais de polarização política extrema, é fácil verificar que os atuais sistemas de governo democráticos não dispõem de mecanismos institucionais capazes de efetivamente limitar o surgimento e o progressivo acirramento do processo. Em muitos casos, os sistemas eleitorais parecem mesmo agravar o problema, com o resultado de cada eleição induzindo um aumento da polarização, em vez de reduzi-la.

Acreditamos ser possível, a princípio, reformar os sistemas de governo democráticos a fim de torná-los menos suscetíveis à polarização política autodestrutiva. Mas, para tanto, antes devemos compreender por que essa polarização surge e cresce espontaneamente mesmo em sociedades inicialmente equilibradas. Sem uma percepção das causas mais profundas do fenômeno, o risco que ele representa para as sociedades democráticas tende a ser subestimado, como acontece atualmente.

Assim, esperamos que este trabalho contribua para reflexões sobre a fragilidade estrutural das democracias contemporâneas, no sentido de afastar, ou pelo menos diminuir, o risco de elas serem destruídas pelo insidioso processo social de polarização político-ideológica.